



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica  
Direito Comercial I – Direito das Sociedades Comerciais I

Unidade curricular

Direito Comercial I/Direito das Sociedades Comerciais - 2.º ciclo Mestrado de Investigação científica

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Pedro Cabral Côrte-Real de Albuquerque, 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Maria de Lurdes Pereira, 2 horas semanais

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Procura-se nesta disciplina estimular e desenvolver a investigação científica relativamente ao tema central — quer no Direito Civil, quer no Direito das Sociedades e no Direito Comercial —, das “**peças coletivas e a personalidade jurídica coletiva**”.

Serão, assim, tratados, entre outros, diversos subtemas que se desdobram do tema mais amplo da personalidade coletiva: órgãos sociais; atividade de gerência e administração; representação orgânica e voluntária das pessoas coletivas e vinculação dos entes coletivos; imputação do conhecimento.

Tal como é adequado a uma unidade curricular no âmbito do mestrado científico, são propósitos desta disciplina obter tratamentos aprofundados relativamente aos aspetos da personalidade coletiva, numa perspetiva científica, estimulando a investigação, análise, crítica, o raciocínio jurídico e capacidades de argumentação jurídica (*ars inveniendi*) e de debate dos temas abordados, de modo a proporcionar aos participantes abordagens aprofundadas e monográficas, estimulando aptidões de investigação, de análise, de crítica e de debate e argumentação desses temas, com vista a que se tornem protagonistas do progresso dogmático nas suas áreas de especialização e a habilitá-los a descobrirem as chaves necessárias à descodificação de problemas jurídicos.

Conteúdos programáticos

Quanto ao programa, farão parte dos temas abordados e suscetíveis de serem trabalhados pelos alunos, entre outros suscetíveis de serem apresentados, se relacionados com a temática da personalidade coletiva:

- 1) a representação voluntária com e sem poderes e toda a ampla temática em seu torno;
- 2) a representação «orgânica e, dentro desta, a título meramente indicativo:
  - a) o princípio da especialidade das pessoas coletivas,
  - aa) a questão da capacidade das pessoas coletivas;
  - b) a querela acerca do contributo da doutrina da *societas*, por contraposição com a doutrina da *universitas*, para a formação da ideia de pessoa «moral» e coletiva;
  - c) o conceito de personalidade coletiva;
  - d) o levantamento da personalidade jurídica coletiva;
  - e) a relevância, irrelevância, condicionamentos e alcance da ciência e do conhecimento, ou falta dele, dos membros, ou parte dos membros, dos órgãos das pessoas coletivas e sociedades para efeitos de imputação, a essas pessoas coletivas e sociedades, de efeitos associados ao conhecimento ou ignorância de certos factos;
  - f) a relevância ou irrelevância do conhecimento, ciência e informação armazenada em suportes informáticos e digitais para efeitos de imputação, em caso de esquecimento dos factos pelos agentes das pessoas coletivas ou sociedades, dos factos armazenados em computadores ou outras fontes de dados;
  - g) a relevância dos estados subjetivos pessoais, erro, vícios da vontade etc., dos membros dos órgãos das pessoas coletivas e sociedades sobre as deliberações dos órgãos de gestão e administração;
  - h) a relevância do erro e outros estados subjetivos pessoais dos agentes das pessoas coletivas e sociedades com poderes vinculativos sobre os atos por eles praticados e imputáveis às pessoas coletivas e sociedades de que fazem parte.
  - i) A problemática em torno da compartimentação do conhecimento, dentro das organizações coletivas e



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

empresariais, em departamentos distintos e estanques e sua relevância jurídica para efeitos de imputação, ou não, do conhecimento dos factos, ou sua ignorância, a toda a organização coletiva, societária ou empresarial: as chamadas *chinese walls* e o respetivo tratamento jurídico.

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos são naturalmente ditados pelos objetivos da unidade curricular na concreta Faculdade de Direito de Lisboa. A disciplina é uma disciplina de Direito Comercial/Direito das Sociedades Comerciais, os conteúdos também. Os conteúdos tocam aspetos nucleares e alpinos da ciência do direito e da construção do Direito Comercial/Direito das Sociedades Comerciais. Ao trabalhar estes conteúdos programáticos o aluno de mestrado desenvolve-se como jurista, homem de ciência e de cultura, com aspetos centrais do Direito Comercial/Direito das Sociedades Comerciais, contribuindo, igualmente, para o desenvolvimento desta área do saber. Na medida em que se pretende formar homens na plenitude da palavra e não apenas profissionais, toda a matéria é enquadrada do ponto de vista argumentativo, sistemático e dogmático, dando-se, do mesmo passo, cumprimento à dimensão histórico-cultural do Direito. Na medida em que o Direito é uma ordem prático-normativa, a jurisprudência (em sentido amplo) uma fonte por excelência do Direito, o caso o *prius* metodológico, há um constante diálogo com a jurisprudência. Mas porque o Direito é uma ciência fundamenta-se dogmaticamente toda e qualquer questão. Há sempre um constante diálogo entre pensamento problemático e pensamento sistemático. Para habilitar os alunos a pensar, mais do que correr, numa perspetiva necessariamente, mais ou menos, descritiva e mais ou menos exegética, atendendo ao número de horas disponíveis para ensinar os conteúdos programáticos, centra-se a atenção em alguns tópicos nos quais se sente o cruzamento entre o típico direito privado e o direito comercial/societário. Isso permite aprofundar a problemática a eles relativas habilitando os alunos a pensarem em profundidade, a desenvolverem competências para o raciocínio jurídico autónomo e crítico (a gazua em detrimento da chave). A metodologia permite aos estudantes:

- desenvolver e aprofundar conhecimentos obtidos na licenciatura;
- abertura a novos ramos do conhecimento jurídico;
- aprofundar a capacidade autónoma de investigação

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Leituras recomendadas. Comentário de Jurisprudência e utilização do método do caso através de apresentações orais da referida jurisprudência. Exposição de Temas no âmbito dos tópicos apresentados em ambiente de seminário. Realização de apresentações orais de temas escolhidos, com discussão posterior e utilização do método do caso com base em jurisprudência. Confronto de opiniões sobre as questões abordadas. Elaboração de relatório escrito sobre um tema escolhido dentro de uma lista previamente facultada. Preparação de Relatórios. O desempenho oral e escrito do aluno é ponderado numa nota final unitária

#### Lista de Temas Possíveis:

1. A representação voluntária: origens, fundamento e consequências da distinção entre negócio-base e procuração
2. A representação sem poderes
3. O abuso de representação
4. A procuração aparente
5. A procuração tolerada
6. A recusa de ratificar e o abuso de direito
7. Administradores de sociedades comerciais e deveres de lealdade
8. Responsabilidade de membros do órgão de administração perante a sociedade
9. Responsabilidade de membros do órgão de administração perante credores sociais
10. Responsabilidade de membros do órgão de administração perante sócios
11. Responsabilidade de membros do órgão de administração perante terceiros
12. Responsabilidade de administradores de facto
13. Responsabilidade de membros do órgão de administração e a *business judgement rule*
14. Conflitos de interesses entre administradores e a sociedade
15. Grupos de sociedade e deveres de lealdade
16. Objeto social e realização de atos externos
17. A doutrina dos atos ultra vires
18. Os poderes de representação dos gerentes e administradores
19. Conflitos de interesses e representação externa da sociedade
20. A administração e os atos de expediente.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

21. Administradores de facto e poderes de representação das sociedades comerciais
22. Princípio da especialidade das pessoas coletivas e das sociedades comerciais
23. A capacidade das sociedades comerciais
24. Princípio da especialidade e princípio da tipicidade. Existe uma tipicidade que possa estar ao serviço da especialidade?
25. A capacidade para a prática de atos gratuitos
26. A capacidade para a prestação de garantias
27. A relevância ou irrelevância do fim lucrativo
28. Pessoa coletiva e sociedades comerciais
29. A capacidade das sociedades comerciais e a assistência financeira para a compra de ações próprias,
30. Cash pooling e cash management e concessão de crédito dentro dos grupos.
31. A relevância, irrelevância, condicionamentos e alcance da ciência e do conhecimento, ou falta dele, dos membros, ou parte dos membros, dos órgãos das pessoas coletivas
32. A relevância do erro e outros estados subjetivos pessoais dos agentes das pessoas coletivas e sociedades com poderes vinculativos sobre os atos por eles praticados e imputáveis às pessoas coletivas e sociedades de que fazem parte
33. Compartimentação do conhecimento, dentro das organizações coletivas e empresariais, em departamentos distintos e estâncias e sua relevância jurídica.
34. A capacidade das sociedades para a compra de ações próprias.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A Metodologia proposta procura desenvolver e aprofundar as matérias ministradas, sempre na procura de buscar novas áreas do saber, incentivando a capacidade de investigação individual além de um contacto, através do método do caso e da análise jurisprudencial, com a *praxis* jurídica.

A metodologia de ensino praticada permite aos mestrandos:

- desenvolver e aprofundar conhecimentos nas matérias lecionadas na licenciatura;
- abertura a novos ramos do conhecimento jurídico;
- aprofundar a capacidade autónoma de investigação.

#### Bibliografia principal

(por Ordem alfabética e a título meramente exemplificativo)

ABREU, COUTINHO DE, Responsabilidade civil dos administradores de sociedades, 2010

ABREU, COUTINHO DE, (Coord.), Código das sociedades comerciais em comentário, Volumes I a VII (I: 2017; II: 2015; III: 2016; IV: 2017; V: 2018; VI: 2019; VII: 2014).

ADLER, ANDREE, Wissen und Wissenszurechnung, insbesondere bei arbeitsteilig aufgebauten Organisationen, 1997.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A vinculação das sociedades comerciais por garantia de dívidas de terceiros, in Revista da Ordem dos advogados, 1995, 55, III;

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Da prestação de garantias por sociedades comerciais a dívidas de outras entidades, in Revista da Ordem dos advogados, 1997, 57, I,

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A representação voluntária em Direito civil (ensaio de reconstrução dogmática), 2004.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Anotação ao Acórdão do STJ – 2 – 3 – 2004. Contrato-promessa, procuração irrevogável e acção de preferência, in Cadernos de Direito privado, 2006, 13, Janeiro-Março.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Direitos reais, 1998/1999, I, 2000, IV.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A Vinculação das Sociedades Comerciais Anónimas e por Quotas, 2017.
- ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Assistência Financeira nas Sociedades Comerciais, 2019.
- ASCENSÃO, OLIVEIRA, Direito civil, teoria geral, 2.ª edição, 2000, 2003, I e II.
- ASCENSÃO, OLIVEIRA, Direito civil, teoria geral, 2002, III.
- BAUM, Marcus, Die Wissenszurechnung, 1999,
- BUCK, Petra, Wissen und juristische Person. Wissenszurechnung und Herausbildung zivilrechtlicher Organisationspflichten, 2001.
- CÂMARA, PAULO (et al.), Conflito de interesses no direito societário e financeiro – Um balanço a partir da crise financeira, 2010
- CHOU, HAN-LIN, Wissen und Vergessen bei juristischen Personen, 2002,
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais, 1997
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, O Levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial, 2000
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, (org.), Código das sociedades comerciais anotado, 2.ª ed., 2012.
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, II, Parte Geral – Negócio Jurídico, 4.ª ed., 2014
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, IV, Parte Geral – Pessoas, 5.ª edição, IV, 2019
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, V, Parte Geral – Exercício Jurídico, 3.ª edição, IV, 2018
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, VIII, Direito das Obrigações – Gestão de Negócio/Enriquecimento sem causa/Responsabilidade civil, 2014
- COSTA, RICARDO, Os administradores de facto das sociedades comerciais, 2014
- DORIS, Philipo, Die rechtsgeschäftliche Ermächtigung bei Vornahme von Verfügungs-, Verpflichtungs-, und Erwerbsgeschäften, 1974.
- GOMES, JOSÉ FERREIRA, Da Administração à Fiscalização das Sociedades – A Obrigação de Vigilância dos Órgãos da Sociedade Anónima, 2015
- GONÇALVES, DIOGO COSTA, Pessoa coletiva e sociedades comerciais, 2015.
- GONÇALVES, DIOGO COSTA/GOMES, JOSÉ FERREIRA, A Imputação de Conhecimento às Sociedades Comerciais, 2017.
- FLEISCHER, HOLGER, Zur Privatsphäre von GmbH-Geschäftsführern und Vorstandsmitgliedern: Organpflichten, organschaftliche Zurechnung und private Umstände, in Neue Juristische Wochenschrift, 2006
- MÜLLER-FREIENFELS, Die Vertretung beim Rechtsgeschäft, Tubinga, 1955.
- MÜLLER-FREIENFELS, Die Abstraktion der Vollmachterteilung im 19. Jahrhundert, in Wissenschaft und Kodifikation des Privatrechts im 19. Jahrhundert, II, Die rechtliche Verselbständigung der Austauschverhältnisse vor dem Hintergrund der wirtschaftlichen Entwicklung und Doktrin, 1977.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

MÜLLER-FREIENFELS, Zum heutigen Stand des Stellvertretungsrechts, in Stellvertretungsregelungen in Einheit und Vielfalt (rechtsvergleichende Studien zur Stellvertretung), 1982.

NUNES, PEDRO CAETANO, Responsabilidade civil dos administradores perante os accionistas, 2001

NUNES, PEDRO CAETANO, Dever de gestão dos administradores de sociedades anónimas, 2018

OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, A responsabilidade civil dos administradores nas sociedades em relação de grupo, 2007

OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, Manual de Governo das Sociedades, 2017

OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, Grupos de Sociedades e Deveres de Lealdade, 2018

OLIVEIRA, NUNO MANUEL PINTO DE, Responsabilidade civil dos administradores, 2015

OSÓRIO, DIOGO HORTA, Da tomada de controlo de sociedades (takeovers) por leveraged Buy-Out e a sua harmonia com o Direito Português (2001),

PINTO, CARLOS ALBERTO DA MOTA, Teoria Geral do Direito Civil, 2012

PINTO, PAULO MOTA, Aparência de Poderes de Representação e tutela de terceiros, em “Direito Civil – Estudos”, 2018

RAMOS, MARIA ELISABETE RAMOS, Responsabilidade civil dos administradores e directores de sociedades anónimas perante os credores sociais, 2002

SCHILKEN, Wissenszurechnung im Zivilrecht. Eine Untersuchung zum Anwendungsbereich des § 166 BGB innerhalb und außerhalb der Stellvertretung, 1983.

THIELE, Die Zustimmungen in der Lehre vom Rechtsgeschäft, 1966.

TINTELOT, ALBRECHT, Gläubiger Anfechtung Kraft Wissenszurechnung – insbesondere zu Lasten Minderhärigen, in Juristen Zeitung, 1987, 42,

THULLIER, BEATRICE, L'autorisation, étude de droit privé, 1996.

WOLFF (Hans J.), Organschaft und juristische Person, I, Juristische Person und Staatsperson, 1933, 1968; II, Theorie der Vertretung, Stellvertretung, Organschaft und Repräsentation als soziale und juristische Vertretungsformen, 1934, Aalen, 1968.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

## Curricular unit sheet

### Course Commercial Law/Companies Law

#### Curricular unit

Commercial Law/Companies Law

#### Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Pedro Cabral Côrte-Real de Albuquerque, 2 hours per week

#### Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

Francisco Mendes Correia, 2 hours per week

#### Learning outcomes of the curricular unit

The main aim of this course is to stimulate and develop scientific inquiry in the central matter – from a Civil Law and from a Commercial Law/Companies Law perspective – of the separate legal personality of corporations and other entities.

Among other subjects, attention will be given to: corporate bodies; the activity of management bodies; corporate representation; voluntary representation of companies and other entities; attribution of knowledge to corporate entities.

As is appropriate for a course unit in Masters and PhD, this course aims are to obtain depth treatment of cutting-edge issues related to Commercial Law and Companies law, in a scientific perspective, stimulating research, analysis, critique, legal reasoning and legal argumentation capabilities (*ars inveniendi*) and discussion of the topics addressed in order to provide participants with the necessary skills to address complex legal issues.

#### Syllabus

1. Authorised and non-authorised representation
2. Representation of companies and other entities through its bodies
  - a. Binding liability of commercial companies
  - b. The principle of specialty and limited capacity (*ultra vires* doctrine) of corporations
3. The dispute about the contribution of *societas* doctrine, in contrast with the *universitas* doctrine for the formation of the idea of moral and collective person and the impact in the capacity and the *ultra vires* doctrine of the legal persons;
4. The concept of legal personality
5. Lifting the corporate veil
6. The problematic surrounding the relevance of the knowledge, within collective and corporate organizations.
7. The relevance, irrelevance, limitations and the reach of science and knowledge, or lack of it, of members, or part of members, the bodies of legal persons and companies for the purposes of imputation, to such legal persons and companies the effects associated to knowledge or ignorance of certain facts;
8. The relevance or irrelevance of knowledge, science and information stored in computer and digital storage media for the purposes of imputation, in the case of forgetfulness of facts by the agents of legal persons and companies, the facts stored in the computers or other data sources;
9. The relevance of the personal subjective states, error and defects of will etc., of the members of the bodies of legal persons and companies about the deliberations of the management and administrations bodies,



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

10. The relevance of error and other personal subjective states of the agents of legal persons and companies with binding powers into the acts done by them and imputable to the legal person and companies of which they are part.
11. Knowledge and compartmentalization of knowledge within companies. The Chinese walls.

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The subject matter is a subject of private law, so are the contents. The contents address nuclear and alpine aspects of the science of law and the construction of private law. The Masters' student is called for the task of helping to settle, from a dogmatic point of view, complex legal issues. Hence the importance of the course syllabus. When working with them, the Masters' student develops as a jurist, man of science and culture, with central aspects of private law, adding also to the development of this area of knowledge.

Teaching methodologies (including evaluation)

The teaching is done under the seminar regime. The case method is preponderant in the first semester. Students are invited to make an analysis and survey of jurisprudence that allows to dogmatically expose the contents of the subject matter. In the second semester, students are invited to submit individual research papers that are discussed in classes and at the end presented in writing.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

Using the case method to merge the problematic thinking and systematic thinking. Moreover, it allows students to realize the importance of such case as the methodological prius. The preparation, presentation and discussion of individual papers drawn up by students allow to develop research, analysis, critique, legal reasoning skills and legal argumentation capabilities (*ars inveniendi*) and discussion of the topics addressed in order to provide participants with men of culture and science.

#### Main Bibliography

(por Ordem alfabética e a título meramente exemplificativo)

ABREU, COUTINHO DE, Responsabilidade civil dos administradores de sociedades, 2010

ABREU, COUTINHO DE, (Coord.), Código das sociedades comerciais em comentário, Volumes I a VII (I: 2017; II: 2015; III: 2016; IV: 2017; V: 2018; VI: 2019; VII: 2014).

ADLER, ANDREE, Wissen und Wissenszurechnung, insbesondere bei arbeitsteilig aufgebauten Organisationen, 1997.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A vinculação das sociedades comerciais por garantia de dívidas de terceiros, in Revista da Ordem dos advogados, 1995, 55, III;

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Da prestação de garantias por sociedades comerciais a dívidas de outras entidades, in Revista da Ordem dos advogados, 1997, 57, I,

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A representação voluntária em Direito civil (ensaio de reconstrução dogmática), 2004.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Anotação ao Acórdão do STJ – 2 – 3 – 2004. Contrato-promessa, procuração irrevogável e acção de preferência, in Cadernos de Direito privado, 2006, 13, Janeiro-Março.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Direitos reais, 1998/1999, I, 2000, IV.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, A Vinculação das Sociedades Comerciais Anónimas e por Quotas, 2017.

ALBUQUERQUE, PEDRO DE, Assistência Financeira nas Sociedades Comerciais, 2019.



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- ASCENSÃO, OLIVEIRA, Direito civil, teoria geral, 2.ª edição, 2000, 2003, I e II.
- ASCENSÃO, OLIVEIRA, Direito civil, teoria geral, 2002, III.
- BAUM, Marcus, Die Wissenszurechnung, 1999,
- BUCK, Petra, Wissen und juristische Person. Wissenszurechnung und Herausbildung zivilrechtlicher Organisationspflichten, 2001.
- CÂMARA, PAULO (et al.), Conflito de interesses no direito societário e financeiro – Um balanço a partir da crise financeira, 2010
- CHOU, HAN-LIN, Wissen und Vergessen bei juristischen Personen, 2002,
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Da Responsabilidade Civil dos Administradores das Sociedades Comerciais, 1997
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, O Levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial, 2000
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, (org.), Código das sociedades comerciais anotado, 2.ª ed., 2012.
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, II, Parte Geral – Negócio Jurídico, 4.ª ed., 2014
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, IV, Parte Geral – Pessoas, 5.ª edição, IV, 2019
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, V, Parte Geral – Exercício Jurídico, 3.ª edição, IV, 2018
- CORDEIRO, ANTÓNIO MENEZES, Tratado de Direito civil, VIII, Direito das Obrigações – Gestão de Negócio/Enriquecimento sem causa/Responsabilidade civil, 2014
- COSTA, RICARDO, Os administradores de facto das sociedades comerciais, 2014
- DORIS, Philipo, Die rechtsgeschäftliche Ermächtigung bei Vornahme von Verfügungs-, Verpflichtungs-, und Erwerbsgeschäften, 1974.
- GOMES, JOSÉ FERREIRA, Da Administração à Fiscalização das Sociedades – A Obrigação de Vigilância dos Órgãos da Sociedade Anónima, 2015
- GONÇALVES, DIOGO COSTA, Pessoa coletiva e sociedades comerciais, 2015.
- GONÇALVES, DIOGO COSTA/GOMES, JOSÉ FERREIRA, A Imputação de Conhecimento às Sociedades Comerciais, 2017.
- FLEISCHER, HOLGER, Zur Privatsphäre von GmbH-Geschäftsführern und Vorstandsmitgliedern: Organpflichten, organschaftliche Zurechnung und private Umstände, in Neue Juristische Wochenschrift, 2006
- MÜLLER-FREIENFELS, Die Vertretung beim Rechtsgeschäft, Tubinga, 1955.
- MÜLLER-FREIENFELS, Die Abstraktion der Vollmachterteilung im 19. Jahrhundert, in Wissenschaft und Kodifikation des Privatrechts im 19. Jahrhundert, II, Die rechtliche Verselbständigung der Austauschverhältnisse vor dem Hintergrund der wirtschaftlichen Entwicklung und Doktrin, 1977.
- MÜLLER-FREIENFELS, Zum heutigen Stand des Stellvertretungsrechts, in Stellvertretungsregelungen in Einheit und Vielfalt (rechtsvergleichende Studien zur Stellvertretung), 1982.





FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- NUNES, PEDRO CAETANO, Responsabilidade civil dos administradores perante os accionistas, 2001
- NUNES, PEDRO CAETANO, Dever de gestão dos administradores de sociedades anónimas, 2018
- OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, A responsabilidade civil dos administradores nas sociedades em relação de grupo, 2007
- OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, Manual de Governo das Sociedades, 2017
- OLIVEIRA, ANA PERESTRELO DE, Grupos de Sociedades e Deveres de Lealdade, 2018
- OLIVEIRA, NUNO MANUEL PINTO DE, Responsabilidade civil dos administradores, 2015
- OSÓRIO, DIOGO HORTA, Da tomada de controlo de sociedades (takeovers) por leveraged Buy-Out e a sua harmonia com o Direito Português (2001),
- PINTO, CARLOS ALBERTO DA MOTA, Teoria Geral do Direito Civil, 2012
- PINTO, PAULO MOTA, Aparência de Poderes de Representação e tutela de terceiros, em “Direito Civil – Estudos”, 2018
- RAMOS, MARIA ELISABETE RAMOS, Responsabilidade civil dos administradores e directores de sociedades anónimas perante os credores sociais, 2002
- SCHILKEN, Wissenszurechnung im Zivilrecht. Eine Untersuchung zum Anwendungsbereich des § 166 BGB innerhalb und außerhalb der Stellvertretung, 1983.
- THIELE, Die Zustimmungen in der Lehre vom Rechtsgeschäft, 1966.
- TINTELOT, ALBRECHT, Gläubiger Anfechtung Kraft Wissenszurechnung – insbesondere zu Lasten Minderhärigen, in Juristen Zeitung, 1987, 42,
- THULLIER, BEATRICE, L'autorisation, étude de droit privé, 1996.
- WOLFF (Hans J.), Organschaft und juristische Person, I, Juristische Person und Staatsperson, 1933, 1968; II, Theorie der Vertretung, Stellvertretung, Organschaft und Repräsentation als soziale und juristische Vertretungsformen, 1934, Aalen, 1968.